

# Notas e Comentários

## Qualidade da vida humana a promover

### INTRODUÇÃO

À partida parece-nos evidente que o *fundamento de todos os valores*, o ponto de referência dos direitos e deveres pessoais e sociais, é a vida, a *pessoa viva*. E cada pessoa desenvolve a respectiva personalidade e diferente identidade na medida em que, pelo progressivo aprofundamento da auto-consciência, se torna *adulta, livre, responsável, solidária* e efectivamente participativa.

Nesta perspectiva, a pessoa concreta deveria ser o ponto de partida e de chegada, o referencial para fundamentar e decidir sensatamente o que deve ser entendido como escala de valor para promover a autêntica qualidade de vida pessoal e social.

E será acerca do desenvolvimento intelectual, afectivo, social e religioso das virtualidades pessoais, com as respectivas *capacidades e limitações*, que deverão versar as opções ponderadas sobre a «qualidade de vida» ou a vida com qualidade tipicamente humana, tanto na intensidade e densidade como no *significado imanente e transcendente de criatura*.

Nesta orientação, cada pessoa referida a ascendentes e, eventualmente, a descendentes, situada e inserida numa comunidade, mais ou menos alargada, deverá orientar-se para a utopia do *dever ser*, assumindo-se de modo realista como *dependente e solidária*, segundo as próprias capacidades actuais a desenvolver; cada pessoa deveria ser cada vez mais ela mesma, na dinâmica da auto-realização na e pela comunidade.

1. "Sendo «a pessoa a medida de todas as coisas» (Protágoras) e «a máxima realidade criada» (S. Tomás), nunca deverá ser tomada como objecto, mas sempre e só como sujeito vocacionado para *se realizar e ser feliz*. Neste sentido torna-se evidente que a *busca aturada, inteligente e coerente da verdade pessoal conduzirá à autêntica qualidade de vida a promover e a viver* diferentemente em cada fase do próprio ciclo vital. Donde se segue que toda a actividade humana consciente, a nível do conhecimento, da decisão e da acção, tem simultaneamente dimensões éticas, morais e quase sempre também deontológicas. Nada existe nas nossas opções livres internas e ainda mais as sociais, que sejam propriamente «indiferentes» em termos de responsabilidade moral. Cada pessoa deve buscar, investir na *busca da própria plenitude* relativa, tentando viver uma vida significativa.

2. Ser pessoa é ser de projecto com possibilidades e limites. O limite não é propriamente um mal. Todavia há limites que são *males sofridos* ou *provocados*. E aqui definiria o mal físico, psíquico ou moral como a *ausência de ser ou do bem que seria devido* a um ser numa determinada circunstância, ou seja, a falta, culpada ou não, da plenitude e ajustamento à vocação radical de determinada pessoa. Daqui se segue que a *busca e prática da verdade integrada do ser pessoal* desemboca em qualidade, com pertinente caminhada na realização pessoal e social.

A auto-motivação e auto-actualização conduzem ao desenvolvimento integrado das próprias capacidades, sabendo *adaptar-se sensatamente às circunstâncias do ser e viver* num determinado contexto sócio-cultural.

3. Toda a pessoa que vai tendo acesso à vida consciente e avaliativa, deverá perceber que tem grave *dever moral de promover a própria saúde e a dos outros*, pela busca ponderada e eficaz dos meios e condições favoráveis, ou seja, a pertinente promoção do Bem Comum. Neste sentido, a *vida humana é uma tarefa e um desafio*, tendo necessariamente de *correr riscos* e de fazer opções. É essencial saber tomar decisões com sentido da responsabilidade, tendo consciência que é essencial reflectir e ponderar, para decidir com sensato *sentido dos riscos medidos*, a fim de prevenir consequências nefastas para o equilíbrio pessoal e social, a curto, médio ou longo prazo. E não se trata apenas de «non nocere», de não fazer mal, por acção ou omissão imponderadas; há que positivamente promover as condições favoráveis para si mesmo e para os outros pela coerência entre pensar ponderadamente e decidir e agir com eficácia e realismo.

4. Tomamos como adquirido que a consciência pessoal esclarecida deverá ser a regra imediata do agir moral responsável; isto exige que os critérios de discernimento vão sendo informados, afinados pelos valores naturais, expressos sinteticamente nos trinta artigos do Código dos Direitos Humanos, precisados e ampliados pelas perspectivas evangélicas, explicitadas pelos Concílios, pelo Magistério, pela reflexão teológica e a vivência esclarecida da fé cristã.

Nesta perspectiva haverá que julgar sensatamente com a aplicação da *decisão e acção com duplo ou triplo efeito*, com apurada exigência de não comprometer, não hipotecar o futuro em nome dum possível sucesso que esteja na origem de irreparáveis fracassos a médio ou longo prazo.

Nas opções, nas escolhas é preciso não perder de vista os limites que a correcta exigência moral poderá impôr à aplicação de princípios científicos e da técnica. A possibilidade de sucesso técnico poderá contrariar o justo respeito devido às pessoas. E como cada um tem vocação e dignidade irrepetíveis, como tal ele deve ser reconhecido, estimado e estimulado a desenvolver-se segundo a recta razão. A técnica deve ser orientada pela razão informada.

5. Visto que cada pessoa é um *sistema aberto*, fruto de relação e aberta ao relacionamento e à partilha intelectual, afectiva, social, moral e religiosa, é normal que haja *partilha e aferição* de valores éticos e estéticos. E nesta perspectiva dialogante poderá haver esclarecimento recíproco, desenvol-

vendo a capacidade de *adaptação às novas circunstâncias* sócio-culturais e ambientais, sem renunciar ao que é paradigmático no respeitante à qualidade de vida humana.

6. *Mas afinal o que poderá e deverá entender-se por «qualidade de vida»?* Para principiar diria que não é um conceito unívoco, homogéneo, embora *entre as várias perspectivas haja certa analogia*. Uns insistem no bem-estar *económico*, outros no desenvolvimento *cultural*, há quem insista no *sucesso*, mas também não falta quem valorize as componentes da *ética e da paz* na verdade e na justiça.

Tentando tornar estes enunciados mais explícitos, diria que há variadas perspectivas não convergentes:

- a) Um conceito consumista recente insiste na capacidade de *dispôr* e de *fruir* de abastados *bens económicos e de lazer*.
- b) Outra posição, mais *pragmática*, centra a questão da legitimidade e interesse de valores sobre a sua aceitação pela comunidade social envolvente. A validade seria portanto relativa às situações.
- c) Há ainda uma perspectiva mais ampla e liberal:
- o *mínimo* que seria comumente aceitável como suficiente;
  - o *máximo* incluiria disfrutar de cultura, arte e luxo, o que implicaria certa atitude selectiva de elites separadas e diferenciadas.
- A este mundo pertenceriam os detentores das várias formas de poder: económico, científico, social e político, que se traduz, a título de exemplo, na posse e usufruto de carros poderosos, barcos e aviões, segundo os modelos impostos pela publicidade.
- d) A imagem do *supérfluo* seduz bastante gente imatura. Além de viverem em «megalópolis» confortáveis, «precisam» de possuir de uma segunda ou terceira residência, na praia e ou campo. E tomam isto como justa recompensa pelo trabalho dispendido. Esta franja social gosta de ostentar o *mais caro e o mais raro* que lhes atribuiria um excelente status social, alimentado pelo imaginário pouco sadio. Nestes casos a qualidade de vida estaria ligado à *diferença* pelo poder e à quantidade, em que a pressão social tem um grande papel.
- e) Mas há ainda outros conceitos, com algumas variantes sobre o modo de *viver com qualidade a vida humana*, baseados ora na *quantidade*, ora na *qualidade* de desafio económico. E é evidente que os bens materiais disponíveis, mesmo que sejam abundantes, não são ilimitados. E não só o ferro e o petróleo são limitados; mesmo a água e o ar são limitados, embora as necessidades «criadas» estejam em expansão. Até o real crescimento económico pode criar certas frustrações e custos elevados, devido a excessivas esperanças de sucesso e pela poluição provocada. A certa altura até passar férias em certas praias superpovoadas cria riscos e receios sanitários. Aumentando o poder económico de maior número, poderemos criar outro tipo de problemática ecológica e de massificação no domínio do usufruir.

7. *A sensata prioridade do ser sobre o ter*, deveria conduzir as pessoas a lucidamente ultrapassar a doença consumista, conseguindo racionalizar uma pertinente gestão do tempo e energia entre trabalho, produção de bens, participação social e lazer pessoal e familiar.

A *flexibilidade* deveria fazer parte integrante da vida pessoal, para conseguir introduzir uma regular avaliação da própria escala de valores, de modo a poder introduzir a possibilidade de *cultivar a diferença, aceitar os limites e investir na criatividade*. A pessoa, fiel à própria medida, deveria manter certa *distância crítica* para poder valorizar a própria vida segundo uma adequada escala de valores, mediante a inteligência esclarecida e avaliativa, pela liberdade selectiva e a vontade capaz de impôr as escolhas adequadas em cada situação do ciclo da vida, tendo em conta a autêntica qualidade de vida pessoal, familiar e social a desenvolver e a assumir criticamente.

8. E há que contar com os *prováveis conflitos* no escalonamento das escolhas a fazer em relação a Deus, a si mesmo e aos outros. Frequentemente a pessoa haverá que enfrentar-se com as opções necessárias para se tornar cada vez mais lúcida, ponderada e livre. As dificuldades poderão surgir no momento de ter de renunciar a valores afectivamente determinantes.

O critério de *sucesso* também deverá ser regularmente reapreciado. Frequentemente haverá que optar pelo máximo valor de se tornar sensatamente livre, aceitando os limites, a diferença e eventualmente a doença. A tentativa ou tentação de *tudo harmonizar* pode incluir uma perigosa ilusão e consequentes frustrações.

9. A *pedagogia sensata* deveria introduzir no conceito de *qualidade de vida*, a consciência esclarecida de que os limites humanos não são essencialmente negatividade. Efectivamente os conceitos de qualidade de vida dependem muito do imaginário e das circunstâncias. Haveria que desenvolver a capacidade de se tornar *realista e acolhedor*, para lucidamente se situar na vida disponível pelo relacionamento sadio, sabendo viver e conviver com a diferença e os limites próprios e alheios. Todos precisamos de ser conhecidos, reconhecidos, estimados e estimulados, de forma adaptada às próprias potencialidades. Saber partilhar solidariamente os sucessos e os fracassos, é fonte de harmonia e paz. O desenvolvimento da atitude de *acolhimento empático*, ultrapassando os preconceitos, levará à tolerância e a descobrir sentido e valor onde, à primeira apreciação, pareceria haver apenas negatividade.

O desenvolvimento da capacidade avaliativa conduzirá à transacção da tensão dialéctica entre o eu e o outro, para o despertar da consciência de que todos precisamos uns dos outros de forma complementar. A educação deveria pois aprofundar o conceito e a vivência de *sentir-se bem consigo mesmo*, procurando viver na *verdade e na solidariedade*, desenvolvendo a autonomia possível e a capacidade de razoavelmente se adaptar às situações que vão surgindo. E será sempre necessário desenvolver a lucidez e a *coragem para renunciar*, para se tornar livre, o que exige progressiva maturidade intelectual, afectiva e social para ultrapassar o egoísmo e tornar-se capaz de seleccionar ou aferir a escala de valores, ultrapassando criticamente os conflitos e os dilemas, tornando-se assim progressivamente *livre e solidário*. Esta atitude conduzirá à sabedoria de harmonizar o estilo de vida, desenvolvendo uma auto-imagem positiva e confiante; é tarefa de toda a vida. O estilo de vida, segundo a recta razão e assumindo um projecto de vida realista e sensato, dará o gosto de viver com sentido a vida disponível «dando vida aos anos e anos à vida».

## Sínodo especial dos Bispos de 1991 \*

Em 22 de Abril de 1990, no famoso mosteiro de Velehrad, onde foi sepultado São Metódio, um dos padroeiros da Europa e grande missionário dos povos Eslavos, o Santo Padre em visita à Morávia, na Checoslováquia, anunciou, pela primeira vez, que se iria realizar um Sínodo Especial dos Bispos para a Europa.

Logo aí o Papa declarou que o Sínodo teria como objectivos:

- aprofundar, à luz da fé, o significado dos inesperados acontecimentos que processarem-se na Europa Central e de Leste desde 1989, com a queda dos regimes comunistas;
- dar graças a Deus pelos bens que daí advinham para a humanidade e para a Igreja;
- proporcionar o encontro fraterno e a partilha de testemunho cristão entre os bispos católicos da Europa.

Nos documentos posteriores até à abertura do Sínodo, mais não se fez que explicitar e completar os objectivos sinteticamente formulados pelo Papa em Velehrad.

Finalmente, em 28 de Novembro de 1991 começou o Sínodo Especial para a Europa, em Roma, mais precisamente na basílica de S. Pedro, com uma solene concelebração presidida pelo Santo Padre.

Na homilia disse-nos que o Sínodo estava reunido em nome de Cristo, para ouvir o que o Espírito queria dizer às Igrejas da Europa em situação em que não faltavam «sinais dos tempos» anunciadores de novos dias.

E acrescentou: que «o Sínodo consiga motivar os espíritos para uma nova evangelização da Europa».

Decorrem, depois os trabalhos sinodais até 14 de Dezembro, tendo nos primeiros dez dias usado da palavra todos os Padres Sinodais, Delegados Fraternos e Auditores.

De uma forma genérica, estas intervenções foram marcadas pelo seu carácter testemunhal, mais a Oriente e pela doutrina e carácter pastoral, mais a Ocidente.

Manifestaram, também, na sua grande maioria, acção de graças a Deus pelo que ia acontecendo no campo da liberdade e do reconhecimento da dignidade humana e dos

\* Conferência proferida no Auditório de Cedofeita a 21 de Março de 1992 a convite da Fundação Spes e da Faculdade de Teologia da UCP — Porto.